

**Inquérito Civil n. 06.2018.00005832-0**

## **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça, e **ANTÔNIO WARMLING**, registrado sob o CPF nº 377.971.079-04, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00005832-0, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 89 da Lei Complementar Estadual n. 197/2000, e:

**CONSIDERANDO** a legitimidade do Ministério Público para firmar compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, o qual terá eficácia de título executivo extrajudicial (art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85);

**CONSIDERANDO** que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, *caput*, da Constituição da República - CR);

**CONSIDERANDO** que compete ao Poder Público, no cumprimento desse dever, exigir, na forma da lei, o Licenciamento Ambiental para atividades efetiva ou potencialmente degradadoras do meio ambiente, bem como preservar os espaços especialmente protegidos (art. 225, §1º e incisos, da CR);

**CONSIDERANDO** que a Lei 6.938/81, em seu artigo 3º, I, define o meio ambiente como "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

**CONSIDERANDO** que poluição, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), é "a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetam desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos";

**CONSIDERANDO** que o princípio da prevenção é basilar em Direito Ambiental, dando prioridade às medidas que evitem o nascimento de atentados ao ambiente, de modo a reduzir as causas de ações suscetíveis de alterar a sua

qualidade;

**CONSIDERANDO** que a Lei de Proteção à vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica autoriza o corte, a supressão e a exploração desta vegetação de maneira diferenciada, conforme se trate de vegetação primária ou secundária, nesta última levando-se em conta o estágio de regeneração (art. 8º, caput, da Lei Federal nº 11.428/2006).

**CONSIDERANDO** ainda que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei nº 9.605/98);

**CONSIDERANDO** que o art. 2º, inciso VI, alínea "h", do Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/2001) apresenta a ordenação e controle do uso do solo de forma a evitar a exposição da população a riscos de desastres, como uma das diretrizes gerais da política urbana;

**CONSIDERANDO** que a Lei Complementar Municipal nº 747/2010 (Código do Meio Ambiente do Município de Blumenau) proíbe qualquer atividade humana que direta ou indiretamente venha a ocasionar danos relevantes a flora, fauna e outros recursos naturais ou ocasionar danos a paisagem natural e cultural (artigo 33, inc. III e IV);

**CONSIDERANDO** as informações contidas no Ofício/PRESIDENTE Nº 272/2017 enviado pela Fundação Municipal do Meio Ambiente de Blumenau, que relatam, dentre outras constatações, a possível supressão de vegetação nativa sem as devidas autorizações do órgão ambiental competente, no imóvel de propriedade de Antônio Warmling, localizado na Rua Vendelino Krauss, S/N ao lado do nº 2867, Bairro Fortaleza Alta, Blumenau/SC;

**CONSIDERANDO** que, em razão da execução do serviço de terraplanagem, a empresa contratada Transporte e Locação de Máquinas Catarina Ltda., restou autuada administrativamente pela FAEMA na data de 24/11/2012 (Auto de Infração Ambiental nº 619), além de ter firmado Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas com o Ministério Público de Santa Catarina nos autos do Inquérito Civil nº 06.2015.000009912-0;

**CONSIDERANDO**, por fim, que o representante da empresa executora do serviço de terraplanagem informou nos autos do Procedimento Administrativo nº 09.2016.00001325-7 – o qual fiscaliza o cumprimento do TAC acima mencionado - a impossibilidade de reparação dos danos ambientais em propriedade de terceiros, no presente caso o investigado Antônio Warmling, sem o consentimento deste;

## **RESOLVEM**

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

**1 DO OBJETO:** compensar o dano ambiental gerado no imóvel localizado na Rua Vendelino Krauss, cadastrado junto à Prefeitura de Blumenau sob o nº 2.6.14.0003.0137.000 (ao lado do nº 2867), Bairro Fortaleza Alta, Blumenau/SC, em decorrência da supressão de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, sem as devidas autorizações do órgão ambiental competente.

## **2 DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO:**

**Cláusula 2.1 O COMPROMISSÁRIO ANTÔNIO WARMLING** se compromete a, no prazo de 60 (sessenta) dias, compensar o dano ambiental gerado no imóvel de sua propriedade localizado na Rua Vendelino Krauss, cadastrado junto à Prefeitura de Blumenau sob o nº 2.6.14.0003.0137.000 (ao lado do nº 2867), Bairro Fortaleza Alta, mediante o recolhimento de R\$ 500,00 (quinhentos reais) em favor do Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados, conforme boleto bancário;

**Cláusula 2.2. O MINISTÉRIO PÚBLICO** se compromete a não ingressar com nenhuma medida judicial ou extrajudicial, no âmbito cível, contra o **COMPROMISSÁRIO**, sobre o objeto deste Termo de Ajustamento de Conduta, se for por esta integralmente atendido o compromisso ora assumido.

## **3 DO DESCUMPRIMENTO:**

**Cláusula 3.1** O não-cumprimento integral ou parcial da Cláusula 2.1 implicará a responsabilidade do **COMPROMISSÁRIO** ao pagamento de multa pecuniária no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por mês de descumprimento, além da execução judicial das obrigações ora ajustadas;

**Cláusula 3.2** A multa pecuniária deverá ser recolhida em favor do Fundo para Recuperação dos Bens Lesados de Santa Catarina (FRBL), instituído pela Lei n. 15.694/2011 e regulamentado pelo Decreto Estadual n. 808/2012, a ser paga através de boleto bancário a ser emitido por esta Promotoria de Justiça; e

**Cláusula 3.3** A multa acima estipulada será exigida independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando o **COMPROMISSÁRIO** constituído em mora com o simples vencimento dos prazos fixados.

**Cláusula 3.4** O presente Termo poderá ser protestado perante Cartório de Protesto de Títulos.

#### **4 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**Cláusula 4.1** O presente ajuste entrará em vigor na data da sua assinatura, sendo que é independente da eventual responsabilização penal e administrativa do **COMPROMISSÁRIO** relativamente aos fatos a que se refere.

**Cláusula 4.2** Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

**Cláusula 4.3** Fica, desde logo, o presente certificado de que este Inquérito Civil será arquivado em relação aos signatários, e a promoção, submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o § 3º do artigo 9º da Lei nº 7.347/85 e o artigo 48 do Ato n. 395/2018/PGJ.

Blumenau, 04 de dezembro de 2018.

**LEONARDO TODESCHINI**  
Promotor de Justiça

**ANTÔNIO WARMLING**  
CPF nº 377.971.079-04

Testemunhas:

**NICOLE CASCAES**  
Assistente de Promotoria de Justiça

**VALERIA GALVÁN**  
Assistente de Promotoria de Justiça